



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
7ª Superintendência Regional – 7ª SR

MINUTA

CT nº 7.xxx.00/2014

Contrato que entre si fazem a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – **CODEVASF** e a, para fornecimento de combustíveis à frota de veículos da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina-PI, na forma abaixo.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, empresa pública federal cuja criação foi autorizada pela Lei nº 6.088, de 16.07.1974, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967), vinculada ao Ministério da Integração Nacional nos termos do Decreto nº 6.129, de 20.06.2007, inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0001-26, com sede no SGAN, Quadra 601, Lote I, Edifício Deputado Manoel Novaes, CEP 70830-901, Brasília (DF), doravante denominada **CODEVASF**, e com Superintendência Regional no Estado do Piauí, com endereço na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco II, Centro/Sul, Teresina – PI, CEP 64.001-340, inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0025-01, neste ato representada por seu Superintendente Regional, conforme Decisão nº 087/2012, de 18/01/2012, **VALDINEY BIZERRA DE AMORIM**, brasileiro, separado judicialmente, Engenheiro Agrônomo, domiciliado no endereço retro mencionado, portador da Carteira de Identidade nº 1.754.907 – SSP/BA e do CPF nº 152.641.814-20 e a empresa, CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na, no Município de, Estado, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, (qualificação), resolvem celebrar o presente contrato, de acordo com a autorização expressa na **RESOLUÇÃO REGIONAL nº de do Comitê de Gestão Executiva da 7ª/SR**, em decorrência da licitação objeto do Edital – Pregão Eletrônico nº/2014-7ªSR, parte integrante do Processo Administrativo nº **59570.000057/2014-09**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/02, dos Decretos nº 3.772, de 09/01/01 e nº 5.450, de 31/05/05, da Lei Complementar nº 123, 14/12/06 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de combustíveis à frota de veículos da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina-PI, em conformidade com o Edital nº/2014.

1.1. Os combustíveis objeto deste contrato deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

1.2. A CONTRATADA deverá possuir, devidamente instalado e licenciado, num raio máximo de 10 (dez) km da sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Centro, Teresina-PI, um posto de abastecimento contendo todos os equipamentos, máquinas e instalações necessárias ao abastecimento da frota de veículos da 7ª SR/ CODEVASF.



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
7ª Superintendência Regional – 7ª SR

1.3. Para fornecimento dos combustíveis, proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

- a) O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta, admitida uma distância de até 10 km da sede da CODEVASF;
- b) A CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento do mesmo, que não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 07 (sete) às 20 (vinte) horas, em todos os dias da semana, inclusive feriados.
- c) A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da “Autorização de Fornecimento”, devidamente preenchida, datada e assinada por funcionário autorizado, conforme modelo previamente apresentado pela CONTRATANTE e acordado pelas partes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

Os serviços objeto deste Contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que o integram, independentemente de transcrição:

- a) **Edital de Pregão Eletrônico nº – 7ª SR e seus Anexos;**
- b) **Proposta da Contratada, datada de**;
- c) **Demais documentos contidos no Processo nº 59570.000057/2014-09.**

2.1. Em caso de divergências entre os documentos acima indicados e os termos deste instrumento prevalecerão estes últimos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução do objeto deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado, expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.2. O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolizado na CODEVASF até a data limite estabelecida para o pedido.

4. CLÁUSULA QUARTA – VALOR

O valor global do presente Contrato é de (.....).



4.1 O valor teto estabelecido na Nota de Empenho não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.1.1 A infringência do disposto no item anterior, impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com dispensa de licitação pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.1.2. Sem prejuízo da aplicação da penalidade constante do subitem 4.1.1, a CODEVASF não se responsabilizará pelo pagamento de fornecimentos realizados acima do valor do empenho original e/ou do(s) empenho(s) complementar(es).

5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS

A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta das *Funcionais Programáticas 15.244.2029.7K66.7004* (PTRES 071063) - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado do Piauí; *15.244.2029.7K66.0022* (PTRES 071048) - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Piauí; *22.333.2029.20NK.7002* (PTRES 071085) - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - Em Municípios - No Estado do Piauí; *18.544.2051.1851.7020* (PTRES 071084) - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Piauí; *18.544.2051.109J.7000* (PTRES 071073) - Construção de Adutoras - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Piauí; *15.244.2029.7K66.7024* (PTRES 071066) - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado do Ceará; *04.122.2111.2000.0001* (PTRES 063736) - Administração da Unidade nacional; *04.122.2111.2000.0001* (PTRES 063739) - Administração da Unidade – Nacional – Promoções Institucionais e Apoio ao Gabinete da Presidência – PR – Nacional; *18.544.2051.8621.0001* (PTRES 063716) - Estudos para Obras de infraestrutura Hídrica-Nacional; *20.608.2052.2819.0022* (PTRES 063721) - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura – Plano Brasil sem Miséria – No Estado do Piauí; *22.691.2029.20N8.0001* (PTRES 063737) - Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica – Demais – Nacional; *22.691.2029.20N8.0001* (PTRES 063735) - Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria – Nacional; *11.333.2044.4786.0020* (PTRES 063712) - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) – Plano Brasil sem Miséria - Na Região Nordeste; *15.244.2029.20N7.0001* (PTRES 063733) - Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APL's - Plano Brasil sem Miséria – Nacional; *15.244.2029.20N9.0001* (PTRES 063734) - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria – Nacional; *17.512.2068.10RM.0001* (PTRES 063768) - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba – Nacional; *18.544.2026.10ZW.0001* (PTRES 063743) - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba – Nacional; *04.122.2111.8785.0001* (PTRES 063742) - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - GAP/PAC - Nacional; *20.607.2013.12FT.0022* (PTRES 063752) - Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/ Jenipapo com 1.100 ha no Estado do Piauí - No Estado do Piauí; *18.544.2051.20N4.0001* (PTRES 063715) - Operação e Manutenção de Infraestrutura Hídrica –Nacional;



20.607.2013.12OB.0001 (PTRES 063717) - *Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação-Nacional (Marrecas/ Colônia do Gurguéia/ Santa Rosa);* **15.244.2029.20N7.0001** (PTRES 066901) - *Provimento de infraestrutura produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APLS - Plano Brasil Sem Miséria-NA (Destaque);* **22.691.2029.20N8.0001** (PTRES 066905) - *Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria - SDR/MI (Destaque);* e **18.544.2069.12QC.0001** (PTRES 067001) - *Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de Água – Nacional. Produto – estrutura implantada (Destaque),* e está garantido através da **Nota de Empenho nº**, emitida em

6. CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O fornecimento objeto deste contrato será faturado mensalmente e o pagamento efetuado após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente , que deverá ser entregue até no máximo o quinto dia útil do mês subsequente ao consumo, e devidamente atestada por funcionário autorizado pela CODEVASF, acompanhada das respectivas autorizações de abastecimentos devidamente assinadas pelo responsável do setor de transportes, o motorista do veículo e o frentista do posto de abastecimento.

6.1.1. Constatando-se alguma incorreção nesse documento ou qualquer outra circunstância que desaconselhe seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

6.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

6.3. As notas fiscais/faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

6.4. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos fornecimentos objeto deste contrato.

6.5. Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato.

6.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza dos fornecimentos.



6.7. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

6.7.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

6.8. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.

6.9. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos produtos, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.

6.10. É de inteira responsabilidade da contratada a entrega à CODEVASF do documento de cobrança, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

6.11. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 6.2, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$C = P[(1+I/100)N - 1]$$

C - Valor Calculado Como Atraso De Pagamento;

P - Valor Da Obrigação Contratual Paga Com Atraso;

N - Número De Dias Entre O Efetivo Pagamento E A Data Estabelecida Para Quitação Da Obrigação Contratual;

I - Percentual Para Remuneração Do Valor Da Obrigação Paga Com Atraso, Equivalente A Média Aritmética Do Igp-M No Período N, "Pró-Rata" Dia.

6.11.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

6.11.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

6.11.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

6.12. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.13. Durante a vigência do contrato, nenhum item objeto do contrato poderá ser faturado com preços superiores aos constantes na bomba.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – MULTA

- 7.1. Nos caso de inadimplemento ou inexecução total da contratação, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação,
- 7.2. Nos casos de inexecução parcial dos fornecimentos, será cobrada multa de 5% (cinco por cento) do valor da parte não executada da contratação.
- 7.3. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do fornecimento em atraso.
- 7.4. Ocorrida a inadimplência, após regular processo administrativo, a multa será aplicada pela CODEVASF, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 7ª Unidade Regional de Finanças – 7ª/UFN da CODEVASF.
- 7.5. A CONTRATADA, cientificada da aplicação da multa, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar recurso à CONTRATANTE. Ouvida a Fiscalização, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da CODEVASF, que procederá ao seu exame.
- 7.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela autoridade competente, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 7.7. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 7.8. Caso a autoridade competente mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

8. CLÁUSULA OITAVA – REVISÃO DOS PREÇOS

- 8.1. O preço considerado para o fornecimento, objeto desse contrato, será o preço médio mensal ao consumidor para a cidade de Teresina/PI divulgado pela ANP através da tabela constante no endereço eletrônico: <http://www.anp.gov.br>.
- 8.2. O percentual de desconto, oferecido na proposta da CONTRATADA, sobre o preço médio mensal da ANP, terá sua validade durante toda a vigência do período contratual.



9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços caberá diretamente à CODEVASF/7ª SR, através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

9.1. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se, desde já, a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

9.2. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer produto que não esteja sendo fornecido dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Administração e Logística – 7ª/GRA, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

9.3. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.

9.4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quando ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

9.5. Das decisões da Fiscalização, poderá a contratada recorrer à Gerência Regional de Administração e Logística – 7ª/GRA, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista no respectivo item.

9.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por qualquer dano ou prejuízos provenientes de vícios e/ou má qualidade dos combustíveis, objeto do fornecimento ora contratado, e ainda deverá:

10.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom andamento das obrigações contratuais.

10.2. Informar no ato da assinatura do contrato, obrigatoriamente, o horário de funcionamento do estabelecimento comercial.

10.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante.

10.4. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando o objeto do contrato.



- 10.5. Atender pontualmente aos encargos decorrentes das Legislações Trabalhistas, Previdenciária, Fiscal, Sociais e comerciais vigentes, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 10.6. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do contrato a ser assinado, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
- 10.7. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos fornecimentos contratados perante a CODEVASF, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou seus prepostos e, ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA ou de seus prepostos.
- 10.8. Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- 10.9. Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei;
- 10.10. Relatar à CODEVASF toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 10.11. Controlar para que os veículos cadastrados sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;
- 10.12. Substituir o combustível recusado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do momento da formalização da recusa pela CODEVASF, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive reparadora;
- 10.13. Combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição e a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição;
- 10.14. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme exigência contida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;
- 10.15. Nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93, a CODEVASF se reserva no direito de aplicar multa, na forma prevista neste Edital, caso a contratada esteja com suas certidões irregulares na data de pagamento de sua fatura; caso a irregularidade não seja sanada no período de 30 (trinta) dias, rescindir-se-á o contrato, com aplicação das medidas administrativas e judiciais, garantindo, primeiramente, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.16. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a fornecimentos extras. Fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 10.17. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.



11. CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO

Este contrato será rescindido de pleno direito, pela CODEVASF, independentemente de ação ou interpelação judicial, se a CONTRATADA:

- a) Dissolver-se ou tiver sua falência decretada;
- b) Entrar em liquidação judicial ou extrajudicial;
- c) Tornar evidente sua incapacidade, desaparelhamento ou má fé;
- d) Transferir, no todo ou em parte, este contrato sem prévia e expressa anuência da CODEVASF;
- e) Infringir quaisquer cláusulas deste contrato.
- f) Infringir, durante a execução do fornecimento, ora contratado, quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a XI do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

12. CLÁUSULA DOZE – ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluído o fornecimento objeto deste contrato, a CONTRATADA solicitará, através da Fiscalização, a aprovação dos mesmos. Efetivado o fornecimento, será expedido o Termo de Encerramento Físico do Contrato.

12.1. Após o pagamento de todos os valores devidos à CONTRATADA, será emitido pelo Serviço de Contabilidade e Finanças da CODEVASF o Termo de Encerramento Financeiro.

13. CLÁUSULA TREZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período.

13.3. O fiscal ou pregoeiro instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo Superintendente Regional.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste item faculta ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
7ª Superintendência Regional – 7ª SR

13.5. A manifestação da licitante/contratada será apreciada pelo Superintendente Regional, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.

13.6. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis para o 7ª Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF. O recurso será dirigido ao 7ª Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF, por intermédio do Superintendente Regional, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

13.7. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

13.8. Da decisão do 7ª Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF não caberá recurso.

14. CLÁUSULA QUATORZE - PUBLICAÇÃO

A CODEVASF, através de sua 7ª Superintendência Regional, providenciará a publicação do presente instrumento, no Diário Oficial da União, na forma e prazo estabelecidos no Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei n.º 8.666/93.

15. CLÁUSULA QUINZE – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Estado do Piauí, na cidade de Teresina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato, em três vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e testemunhas.

Teresina (PI), de de 2014.

VALDINEY BIZERRA DE AMORIM
Superintendente Regional – 7ª SR
CODEVASF

.....
.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

NOME:

NOME:

CPF:

CPF: